



Ofício-Circular nº 7.352/2018

Ref.: Resultado da Malha de Fiscalização nº 01/2017, aprovada pela Portaria nº 86/PRES./2017

Belo Horizonte, 24 de abril de 2018.

Senhor (a) Prefeito (a),

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG, no exercício da competência para o controle externo da legalidade, da legitimidade, da economicidade e da razoabilidade dos atos que geram despesa pública, inscrita no art. 1º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 102/2008, desenvolveu a Malha Eletrônica de Fiscalização nº 01/2017, com o objetivo de identificar a existência de acumulação de cargos e/ou proventos por agentes públicos fora das situações permitidas pela Constituição da República ou sem compatibilidade de horários.

Uma vez executada a Malha Eletrônica, verificou-se a ocorrência de indícios de irregularidades consideradas graves nesse Município, por indicarem a existência de servidores que acumulam quatro ou mais cargos públicos, conforme vínculos constantes do quadro anexo.

O inciso XVI do art. 37 da Constituição da República estabelece, como regra geral, a impossibilidade de acumulação remunerada de cargos públicos, prevendo expressamente apenas três situações excepcionais, limitadas, em qualquer hipótese a, no máximo, dois cargos, *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

Esta Corte de Contas¹, na mesma linha do Superior Tribunal de Justiça – STJ², já entendeu que a acumulação remunerada de cargos públicos em

¹ Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Processo Administrativo nº 682.329. Primeira Câmara. Rel. Cons. Subs. Hamilton Coelho. Julgado em 27/03/2018.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Presidência

desacordo com a Constituição enseja a determinação de ressarcimento ao erário do valor do prejuízo apurado.

Diante disso, tendo sido constatada a existência de conjunto indiciário gravíssimo, indicando a existência de servidores que acumulam quatro ou mais cargos, a partir de informações prestadas por Vossa Excelência e pelos gestores de outros órgãos e entidades estaduais e municipais, determino que seja comprovada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a adoção das providências necessárias à regularização da situação funcional de seus agentes.

Para tanto, deverão ser adotadas, se for o caso, as medidas administrativas necessárias a garantir que o servidor opte por um dos cargos inacumuláveis, a paralisação dos pagamentos efetuados sem a correspondente prestação dos serviços e a apuração de eventual dano ao erário decorrente da impossibilidade de cumprimento das obrigações pelas quais já fora remunerado.

As informações acima requeridas deverão ser encaminhadas mediante o e-mail secpresidencia@tce.mg.gov.br.

A ausência de indicação das medidas adotadas no prazo estipulado poderá acarretar a autuação de representação no âmbito do Tribunal de Contas para apuração dos fatos e dos respectivos responsáveis.

Atenciosamente,



Cláudio Couto Terrão
Conselheiro-Presidente

Exmo. Sr(a). Prefeito (a) Municipal de Conceição do Rio Verde

² Superior Tribunal de Justiça. AgRg no AREsp 327992/SP. Segunda Turma. Rel. Min. Humberto Martins. Julgado em 27/08/2013.

Assunto **ofício-circular nº 7.352/2018**
De <juridico@conceicaoadorioverde.mg.gov.br>
Para <secpresidencia@tce.mg.gov.br>
Data 27/04/2018 15:29
Prioridade Alta

- BRN3C2AF422CB1C_012390.pdf (~165 KB)
- BRN3C2AF422CB1C_012388.pdf (~356 KB)

Ilmo. Sr.

Acuso o recebimento do ofício acima epigrafado e informo que, diante da constatação de acumulação de cargo do profissional, tomamos a iniciativa de notificá-lo para que fizesse a opção por um dos cargos (vide doc. anexo).

No entanto, o referido profissional se absteve de fazê-la visto que, como pode ser observado no contrato, o prazo termina no próximo dia 30, razão pela qual perderá seu vínculo com esta municipalidade.

Sem prejuízo da tomada de outras medidas e providencias cabíveis, é o que tenho a informar por ora, em razão do prazo de 72hs concedido por este Tribunal para prestação das informações.

Att,

Hildebrando Luiz Castro Santos
Procurador Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO RIO VERDE

ESTADO DE MINAS GERAIS

CEP: 37.430-000

CÓPIA

Ofício nº 98/2018
Assunto: notificação
Data: 25/04/2018


Ilmo. Sr.,

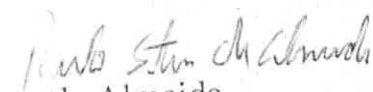
Venho através deste NOTIFICAR-LO sobre suposta acumulação indevida de cargos, através de resultado da malha de fiscalização nº 01/2017, aprovada pela Portaria nº 86/PRES/2017 feita pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais.

O Município tem o prazo de 72 (setenta e duas) horas para a adoção de providências, de forma que, convocamos vossa senhoria para fazer a opção em qual cargo/emprego/função irá permanecer, comunicando vossa decisão imediatamente a este município.

Esta notificação tem o intuito de resguardar direitos e prevenir responsabilidades.

Ao ensejo, renovo meus protestos da mais alta estima e consideração.


Jussara Zehuri Farah
Secretário Mun. de Saúde
CPF 001.779.486-04

Ilmo. Sr. 
Paulo Steiner de Almeida
Nesta, 27/04/18



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO RIO VERDE
CEP 37430 – 000 - Estado de Minas Gerais
CNPJ – 18.008.888/0001-74

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Termo Aditivo nº. 07 ao Contrato de Prestação de Serviços, firmado entre o Município de Conceição do Rio Verde e o Sr. **PAULO STEINER DE ALMEIDA**.

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, o **MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO RIO VERDE**, inscrito no CNPJ sob o nº. 18.008.888/0001-74, com sede na Praça Prefeito Edward Carneiro, nº11, nesta cidade, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Interino, Sr. **PEDRO PAULO**, na condição de **CONTRATANTE**, e o Sr. **PAULO STEINER DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, cadastrado no CPF sob o nº. 831.593.717-00, residente na Alameda Manoel Bandeira – nº. 229 – São Lourenço/MG, CEP 37.470-000, ora denominado **CONTRATADO**, em conformidade com o artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, artigo 40 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 1.413/2005 de 23 de agosto de 2005 e Lei Municipal nº. 1.481/2007 de 09 de abril de 2007;

Considerando a autorização contida no § 2º do artigo 3º e Inciso IV do Artigo 2º da Lei Municipal nº. 1.481/2007 de 09 de abril de 2007;

Resolvem firmar o presente **TERMO ADITIVO** ao contrato em epígrafe, mediante as seguintes cláusulas:

1 – DA VIGÊNCIA:

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato administrativo de prestação de serviços nas funções do cargo de **MÉDICO ORTOPEDISTA**, firmado entre as partes, vigorando no período de 1º/01/2018 a 30/04/2018.

2 – DA REMUNERAÇÃO:

Pelos serviços objeto do presente termo aditivo, a contratante pagará ao contratado a remuneração de R\$ 1.424,76 (Um mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e vinte e seis centavos) mensais, acrescidos das gratificações legais a que se fizer jus.

3 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A dotação orçamentária utilizada para fazer face às despesas decorrentes deste termo aditivo será 02.09.01.10.302.0210.2.107.3190.04.00 – Manutenção da Assistência a Saúde – MAC – Contratação por Tempo Determinado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO RIO VERDE
CEP 37430 – 000 - Estado de Minas Gerais
CNPJ – 18.008.888/0001-74

4 – Ficam mantidas todas as demais cláusulas do contrato.

Assim sendo, firmam o presente termo aditivo, em duas vias de igual teor, que vão assinadas pelos representantes das partes e por duas testemunhas.

Conceição do Rio Verde, 29 de dezembro de 2017.

PEDRO PAULO
Prefeito Municipal Interino

PAULO STEINER DE ALMEIDA
CONTRATADO

Testemunhas: